

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO
AO PROJETO DE LEI Nº 2.481, DE 2024**

Institui o Programa de Priorização do Abastecimento Escolar com Produtos Agroecológicos, Orgânicos, Agroextrativistas, da Pesca Artesanal e da Piscicultura, oriundos da agricultura local e familiar (PAEPAE); e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir diretrizes sobre a produção e aquisição de alimentos agroecológicos no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Priorização do Abastecimento Escolar com Produtos Agroecológicos, Orgânicos, Agroextrativistas, da Pesca Artesanal e da Piscicultura, oriundos da agricultura local e familiar (PAEPAE).

§ 1º O PAEPAE será implementado no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nos termos desta Lei.

§ 2º No âmbito do PNAE, os alimentos fornecidos deverão, prioritariamente, ser produzidos segundo os princípios da agroecologia, da agricultura orgânica, dos sistemas agrícolas tradicionais (SATs), do agroextrativismo sustentável, da pesca artesanal e da piscicultura



familiar, garantindo a sanidade e qualidade dos alimentos oferecidos aos estudantes da educação básica pública.

Art. 2º São objetivos do PAEPAE:

I - promover a segurança alimentar e nutricional dos alunos da educação básica pública;

II - apoiar o desenvolvimento sustentável da agricultura local e familiar;

III - incentivar a conservação do solo e o manejo ecológico de pragas e doenças;

IV - fortalecer a economia local; e

V - reduzir a distância entre produtores e consumidores.

Art. 3º A gestão e a execução do PAEPAE serão exercidas pelos órgãos competentes do Poder Público, em articulação com os entes federativos, cooperativas e associações de agricultores familiares, instituições de pesquisa e ensino, organizações da sociedade civil e com o setor privado.

Art. 4º A implementação do PAEPAE deverá incentivar a criação de hortas escolares e projetos pedagógicos que envolvam os alunos na produção de alimentos agroecológicos, visando à conscientização sobre alimentação saudável e sustentabilidade ambiental.

Art. 5º Para fins de aquisição de produtos no âmbito do PAEPAE, deverão ser observados os seguintes critérios de prioridade:

I - origem geográfica dos produtos, privilegiando a agricultura local e familiar;

II - inclusão social dos produtores locais e familiares; e

III - qualidade nutricional dos alimentos.

§ 1º A aquisição de produtos no âmbito do PAEPAE deverá observar critérios objetivos definidos em regulamento, com transparência e controle social, garantindo a participação da comunidade, das escolas e dos agricultores locais e familiares.



Art. 6º O Programa promoverá a capacitação e assistência técnica aos agricultores participantes, visando fortalecer suas práticas sustentáveis e a produção de alimentos seguros e diversificados.

Art. 7º Os recursos financeiros necessários à implementação do PAEPAE serão consignados na Lei Orçamentária Anual da União, podendo ser complementados por meio de convênios, termos de cooperação ou instrumentos congêneres firmados com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e com organismos nacionais e internacionais.

§ 1º O Poder Executivo poderá destinar recursos específicos no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para execução do PAEPAE.

§ 2º A execução orçamentária e financeira será acompanhada por órgãos de controle do poder público e instâncias de participação social.

Art. 8º O Art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com redação dada pela Lei nº 14.660, de 2023, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art.14.....

.....

.....

§ 4º Os alimentos fornecidos pelo PNAE deverão, prioritariamente, ser produzidos segundo os princípios da agroecologia, da agricultura orgânica, dos sistemas agrícolas tradicionais (SATs), do agroextrativismo sustentável, da pesca artesanal e da piscicultura familiar, garantindo a sanidade dos alimentos oferecidos.” (NR)

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de sua publicação, definindo as normas complementares para sua efetiva implementação.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala da Comissão, em 8 de outubro de 2025.

Deputado RODOLFO NOGUEIRA

Presidente

Apresentação: 14/10/2025 09:09:07.640 - CAPADR
SBT-A 1 CAPADR => PL 2481/2024

SBT-A n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258809165900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rodolfo Nogueira

